

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO SETOR DE PORTO FELIZ

*Rosely Sampaio Archela **

O Setor Canavieiro de Porto Feliz corresponde à porção sul da área canavieira de Piracicaba e situa-se no médio Tietê na parte central da Depressão Periférica Paulista (fig. 1).

Por ser uma antiga área de produção de açúcar e álcool, sofreu várias transformações com relação ao processo de formação, ligadas às constantes intervenções do Estado na agricultura como também transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas que ocorreram no país.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, a produção açucareira tornou-se uma atividade economicamente lucrativa devido a grande procura do produto pelo mercado europeu. Este fato possibilitou ao governo paulista, incentivar e apoiar a cultura canavieira que se encontrava disseminada na área central de São Paulo, no quadrilátero formado pelos municípios de Mogi-Guaçu, Jundiá, Sorocaba e Piracicaba e, que estava em atraso, comparada a produção nordestina.

Entretanto, não só a produção paulista encontrava-se em atraso, mas toda a produção brasileira com relação à produção mundial pois, enquanto o açúcar brasileiro fosse produzido com técnicas ultrapassadas, não tinha condições de enfrentar a posição privilegiada do açúcar cubano, porto-riquenho e filipino no mercado americano e, muito menos, a do açúcar de beterraba nos mercados europeus. O açúcar de beterraba atingia aproximadamente 50% da produção do açúcar de cana, com cerca de meio século de exploração.

Em vista dessa situação, o governo brasileiro designou uma Comissão Especial em 1875, para fazer um levantamento da situação da agricultura no país, e verificar especialmente o caso da cana-de-açúcar. A investigação revelou seis problemas principais: 1) falta de treinamento profissional entre fazendeiros e trabalhadores; 2) falta de transporte; 3) taxas altas; 4) carência de mão-de-obra; 5) necessidade de divisão do trabalho; 6) falta de capital.

As recomendações da Comissão Especial, através dos problemas apresentados, reforçaram a idéia da implantação do regime de centralização industrial do açúcar, mesmo porque, acreditava-se que a centralização seria um grande passo para a modernização do país, prevendo-se grandes mudanças sócio-econômicas, onde a separação da fabricação

* Docente do Curso de Geociências - CCE/UEL.

do açúcar da cultura da cana, fomentaria a indispensável divisão do trabalho.

Além disso, a divulgação dos dados referentes aos grandes lucros auferidos pelos engenhos centrais fundados em diversas zonas canavieiras do mundo, a partir da segunda metade do século XIX, levaram o governo brasileiro a centralizar a produção, criando os engenhos centrais.

1. Os Engenhos Centrais

A criação dos engenhos centrais foi uma medida tomada pelo governo imperial com o objetivo de fundar no Brasil uma indústria aperfeiçoada, nos moldes da indústria açucareira das colônias inglesas e francesas. Tratava-se de facilitar a implantação de fábricas na qual uma maior produtividade permitiria ao açúcar brasileiro concorrer com o açúcar de beterraba no mercado externo, além de estimular o desenvolvimento da cultura da cana.

Para a implantação dos engenhos centrais o governo deveria garantir: 1) juros de 7% ao ano, sobre o capital efetivamente empregado, durante vinte anos; 2) o direito de desapropriar na forma da lei, os terrenos de domínio particular, prédios e benfeitorias que fossem necessários para as obras autorizadas; 3) o uso de madeiras e outros materiais do município, existentes nos terrenos devolutos para a construção das obras; 4) a isenção de direitos de importação sobre máquinas; 5) preferência na aquisição dos terrenos devolutos e; 6) preferência na concessão de outros engenhos centrais a serem implantados no mesmo município, com a garantia do Estado (Souza, 1978).

Estas medidas provocaram a construção de quatro engenhos centrais no Estado de São Paulo. Em 1876, foi autorizado o funcionamento do Engenho Central de Porto Feliz — o primeiro no setor em estudo; e, em 1881, os Engenhos Centrais de Piracicaba, Lorena e Rafard também na área em estudo. A construção dos engenhos centrais em São Paulo ficou a cargo de companhias francesas e inglesas, uma vez que os capitais nacionais não se aventuravam em empresas desse porte e exigiam garantias. Certamente, as mesmas garantias que atrairiam capitais externos.

Em São Paulo, na década de 1890, todos os engenhos centrais do "quadrilátero" entraram em crise (Porto Feliz, Piracicaba e Rafard). Somente o Engenho Central de Lorena no Vale do Paraíba, continuou funcionando. A partir de 1891, começaram a ser declaradas caducas

muitas concessões no país e, o governo modificaria radicalmente sua orientação em relação à indústria açucareira.

Sobre o fracasso dos engenhos centrais, (Singer apud Ferreira, 1983) escreve: "quando o capitalismo industrial separou a indústria ele o fez para libertar do 'domínio asfixiante da atividade agrícola'. Como a indústria depende da agricultura, como fonte de matéria-prima, ela procura subordinar a agricultura às suas necessidades. É assim que o mercado das matérias-primas agrícolas tende a ser dominado pelos compradores industriais subordinando a oferta dos produtos agrícolas à satisfação de suas próprias necessidades. Essa subordinação dos produtos agrícolas ao consumidor é uma constante na expansão do capitalismo industrial".

Por outro lado, a implantação dos engenhos centrais trouxe grandes mudanças sócio-econômicas. Ocorreu a divisão do trabalho através da separação — indústria do açúcar de um lado e cultura da cana do outro; o aparecimento do trabalho livre, com a libertação dos escravos em 1888; a substituição do trabalho animal pelo transporte ferroviário; a melhoria da qualidade do açúcar, com o surgimento do tipo centrifugado; o aumento da produtividade industrial, com maior percentagem de extração de açúcar contido na cana; e o aumento da capacidade produtiva das unidades industriais comparadas aos antigos engenhos.

Com a aplicação de técnicas modernas de produção, esperava-se garantir boa posição ao açúcar de nossos engenhos centrais nos mercados internacionais. Mas, o açúcar das ex-colônias espanholas gozava de preferência tarifária nos Estados Unidos, enquanto na Europa, os países produtores de açúcar de beterraba protegiam seus mercados com pesadas tarifas. O produto dos engenhos centrais passou a ser vendido apenas no mercado interno. Em função disso, a participação do açúcar no total de produtos exportados era muito pequena, contribuindo assim para o colapso.

Terminado o período dos engenhos centrais, surgiria a agroindústria açucareira: grande unidade produtiva reunindo novamente a agricultura e a indústria. A crise gerada pelo fornecimento de canas por fornecedores não ligados diretamente à fábrica, resultou na solução encontrada, de que a fábrica deveria assumir o controle da matéria-prima, desaparecendo a subdivisão do trabalho industrial e agrícola.

2. A Implantação das Agroindústrias

Com a decadência dos engenhos centrais, apenas a área canavieira

de Piracicaba ainda incipiente, manteve-se com produção significativa na economia do Estado.

Nesse contexto, os antigos engenhos centrais, formados com capital nacional, foram dominados por capitais externos. O primeiro passo nesse sentido, foi efetuado no início do século XX, quando foram organizadas na França, as sociedades anônimas Sucrerie de Villa Raffard, Sucrerie de Piracicaba, Sucrerie de Porto Feliz e Sucrerie de Lorena, para a compra de todos os engenhos centrais de São Paulo, como também as propriedades vizinhas de plantações de cana, dando origem às novas agroindústrias de açúcar e álcool.

Em 1907, todas as Sucreries foram agrupadas na Société de Sucreries Brésiliennes, com sede em Paris, reunindo todos os antigos engenhos (Porto Feliz, Rafard, Piracicaba e Lorena), sob única administração. A sociedade tinha por objetivo a exploração direta e indireta de qualquer indústria açucareira localizada tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro. Ainda nessa década, o antigo Engenho Central de Lorena foi transformado em agroindústria, passado a denominar-se Usina Indaia-Ester.

A primeira Guerra Mundial influenciou consideravelmente a produção açucareira, que cresceu apoiada principalmente no mercado externo, tendo em vista os bons preços vigentes para o açúcar com a queda da produção européia do açúcar de beterraba.

Este rápido crescimento, possibilitou a formação de grandes estoques de açúcar, provocando intensas oscilações nos preços. A consequência mais importante dessa elevação de preços externos foi, a de ter gerado, através da alteração de expectativas dos produtores nacionais, uma substancial ampliação da capacidade instalada, tanto industrial como agrícola. Tal ampliação iria provocar, a partir de meados da década de 20, uma acentuada tendência à superprodução por parte da agroindústria canavieira nacional. Essa tendência passou a manifestar-se cada vez mais concretamente, à medida que se alterava a conjuntura internacional, através da recuperação da produção européia do açúcar de beterraba e mediante o acentuado crescimento da oferta do produto de origem canavieira em outras partes do mundo. (Szmrecsányi, 1979).

Contudo, nas safras de 1923/24 e 1924/25, a produção caiu a níveis sem precedentes. As lavouras canavieiras paulistas foram fortemente afetadas por uma moléstia denominada "mosaico", causando uma quebra na produção. Segundo Queda (1972), a produção paulista ficava assim seriamente comprometida. Para um consumo avaliado na época, de 2.500.000 sacos por ano, a indústria açucareira paulista na safra de

1925/26, alcançava pouco mais de 150.000 sacos, quando na realidade tinha capacidade de produção superior a um milhão de sacos por ano.

O combate ao "mosaíco", começou a ser desenvolvido através da renovação dos canaviais, na qual, foram plantadas variedades ricas em sacarose. Após a crise do "mosaíco", com a necessidade de aumentar a produção de açúcar no Estado de São Paulo, foi implantada em 1926, a Usina Santa Cruz no município de Capivari, com capacidade para produzir cerca de 3.000 sacos de açúcar por safra. Em 1932, também no município de Capivarí, foi fundada a Usina Bom Retiro, com capacidade para produzir 2.400 sacos de açúcar por safra, em plena crise cafeeira.

Enquanto no início da década de 30, o Setor de Porto Feliz firmava-se como grande produtor de açúcar, com a implantação de mais uma unidade produtora, havia grande preocupação por parte do governo federal em defender os interesses da economia açucareira nordestina, de extrema importância para a economia nacional. Esta intenção ficaria explícita na criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira, em 1932, visando evitar a superprodução em virtude da falta de escoamento do produto para o exterior.

A Segunda Guerra Mundial trouxe sérias consequências à agroindústria nacional. Primeiro, criando dificuldades no transporte marítimo, com a interrupção da cabotagem. O comércio de cabotagem era de grande importância para o país na época, e através dele processava-se a maior parte do intercâmbio de mercadorias entre as várias regiões especialmente entre o Nordeste e o Centro-Sul.

A interrupção desse comércio pela Guerra submarina dificultou o abastecimento de açúcar no Centro-Sul, na época ainda efetuado em grande parte pelos produtores do Nordeste. Com isso, a demanda que passou a haver, nos principais centros consumidores do país acabou determinando a expansão do parque açucareiro e da lavoura canvieira em áreas que antes da Segunda Guerra Mundial importavam a maior parte dos produtos que consumiam. Fato que possibilitou a implantação de mais uma usina no setor. A Usina São Francisco, em 1941 no município de Elias Fausto, cuja primeira produção ocorreu em 1947.

TABELA 1 – MUNICÍPIOS CANAVIEIROS DO SETOR DE PORTO FELIZ NO INÍCIO DA DÉCADA DE 40

Municípios*	Área do Município	Propriedades Usineiras	% entre propriedades usineiras e área municipal
Capivari	55.000	13.175	23,7
Porto Feliz	60.000	6.379	10,6

Fonte: De Carli, 1943; 137-139

* O autor englobou em Capivari, as Usinas Bom Retiro e Santa Cruz (atualmente no município de Capivari), Rafard (município de Rafard) e São Francisco (município de Elias Fausto).

Com o fim da Guerra, aumentou em muito a produção açucareira. Surgiram 29 usinas de açúcar e álcool no Estado, passando de 42 existentes para 71. Nesse período, graças aos incentivos do IAA e ao aumento do mercado interno, foi implantada a Usina São Bento em 1947, no município de Elias Fausto. Ainda dentro da política expansionista da agroindústria canvieira no país, foram implantadas mais duas usinas no setor, em 1953. A Usina Santa Rosa no município de Boituva e a Usina Santa Maria no município de Cerquilha.

Segundo Szmrecsányi (1979), o crescimento da produção açucareira superou amplamente o seu consumo, fazendo com que o país voltasse a figurar entre os grandes exportadores do produto.

Na década de 50, ocorreu a expansão da agroindústria canvieira, determinada em boa parte, pelo aumento do consumo interno em decorrência do crescimento da população e dos processos de urbanização e industrialização.

Já na década de 60, a política que orientou o desenvolvimento da agroindústria canvieira no Brasil, teve por objetivo o incremento das exportações do açúcar e a ampliação do parque industrial e das lavouras de cana. Essa política apoiou-se no rompimento das relações entre Estados Unidos e Cuba, que teve como uma de suas principais consequências, a exclusão do açúcar cubano do mercado preferencial norte-americano. Nesse contexto, a região Centro-Sul, encontrando-se melhor estruturada, passou a colaborar na colocação do açúcar brasileiro no mercado externo a preços competitivos.

A expansão da produção açucareira tomou grande impulso devido ao mercado internacional favorável, aliado à expectativa do Brasil fazer parte do mercado norte-americano em caráter permanente. Fato que deu apoio inclusive, à erradicação dos cafezais antieconômicos e a am-

pliação do parque açucareiro do Centro-Sul, financiados pelo Banco do Brasil.

TABELA 2 – MUNICÍPIOS USINEIROS DO SETOR DE PORTO FELIZ

Municípios	Ano de Fundação	Usinas	Destilarias
Porto Feliz	1878	Porto Feliz	Porto Feliz
Rafard	1884	Rafard	Rafard
	1926	Santa Cruz	Santa Cruz
Capivari	1932	Bom Retiro	Bom Retiro
	1941	São Francisco	-----
Elias Fausto	1947	São Bento	São Bento
Cerquillo	1953	Santa Maria	Santa Maria
Boituva	1953	Santa Rosa	Santa Rosa

Fonte: Usinas do Setor de Porto Feliz – 1984

3. O Processo de Modernização das Agroindústrias

No início da década de 70, o IAA continuou a questionar o problema da competitividade do açúcar nacional no exterior preocupando-se com a questão do tamanho e do aproveitamento da capacidade instalada das usinas, o grau de eficiência do sistema produtivo e o sistema de comercialização tanto das atividades agrícolas como das indústrias. Essa preocupação apesar de encontrar-se delineada nos anos 60, a sua prática ocorreu efetivamente a partir da década de 70.

Entretanto, as condições externas favoráveis, foram prejudicadas por uma série de transformações políticas e econômicas que vieram repercutir diretamente na agroindústria canavieira. A crise do petróleo em 1973 (com a elevação dos preços do petróleo de 2,84 dólares o barril para 13 dólares) ao lado da perda do mercado preferencial norte-americano e a queda dos preços do açúcar no mercado externo, levaram os grupos usineiros a apresentarem propostas ao governo federal, resultando no final de 1975, na criação do Programa Nacional do Alcool.

A criação do PROÁLCOOL teve por prioridade economizar divisas através da substituição das importações do petróleo e intensificar a produção de bens de capital, através da modernização e ampliação de destilarias.

De imediato, a criação do PROÁLCOOL foi uma alternativa viável para solucionar a crise das exportações do açúcar, já que havia toda uma infra-estrutura tecnológica disponível no país, e a agroindústria canavieira encontrava-se em condições de ampliar as destilarias já existentes. Os empresários de açúcar e álcool, assim como os produtores de equipa-

mentos para destilarias, sem dúvida tinham muito a ganhar com o referido Programa (Melo e Fonseca, 1981).

A partir da implantação do PROÁLCOOL, a agricultura canavieira passou a receber todo apoio governamental através de financiamentos às grandes destilarias. O principal instrumento utilizado pelo governo brasileiro para estimular a produção de cana-de-açúcar e da capacidade industrial de transformação em álcool, foi o crédito subsidiado, concedido aos projetos aprovados. Os financiamentos cobriam 80% do investimento fixo para as destilarias a base de cana-de-açúcar e 100% para a produção de cana (fins agrícolas).

Isto indicou uma necessidade de ampliação das terras e outros recursos para serem incorporados à produção de cana-de-açúcar, maior que no período anterior, provocando uma crescente capitalização da estrutura agrária.

Com os estímulos recebidos, os grupos usineiros direcionaram seus investimentos para a modernização das usinas, através da compra de equipamentos, ampliação das destilarias já existentes, implantação de novas destilarias e à compra e arrendamento das terras.

TABELA 3 — AMPLIAÇÃO DAS TERRAS USINEIRAS DO SETOR DE PORTO FELIZ (1942/43 — 1982/83)

Usinas	1942/43	1982/83	Ampliação	%
Bom Retiro	876,00	9.450,00	8.574,00	978,77
Porto Feliz	6.379,00	10.448,98	4.069,98	63,80
Rafard	9.362,00	10.147,93	785,93	8,39
Santa Cruz	1.887,00	10.090,51	8.203,51	434,74
Santa Maria	—	—	—	—
Santa Rosa	—	5.832,57	5.832,57	—
São Bento	—	—	—	—
São Francisco	1.050,00	8.190,48	7.140,48	680,05

Fonte: De Carli (1943) e Usinas do Setor de Porto Feliz (1984)

No Setor de Porto Feliz, essa medida governamental provocou uma significativa ampliação das terras usineiras com uma conseqüente expansão das áreas ocupadas pela cana-de-açúcar.

TABELA 4 — EXPANSÃO DAS ÁREAS (ha) OCUPADAS PELA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS USINEIROS DO SETOR DE PORTO FELIZ (70/75/82)

Município	Área do Município	1970		1975		1982	
		ha (*)	% (**)	ha	%	ha	%
Porto Feliz	56.900	9.852	17,31	10.514	18,47	15.090	26,52
Capivari	31.900	11.300	35,42	13.766	43,15	20.840	65,33

Boituva	24.800	2.323	9.36	2.212	8.91	3.500	14.11
Elias Fausto	20.300	4.517	22.25	6.243	30.75	6.200	30.54
Rafard	14.000	4.730	33.78	5.670	40.50	7.540	53.86
Cerquilha	12.600	2.277	18.07	3.190	25.31	2.500	19.84
Total	160.500	34.999	21.80	41.595	25.91	55.670	34.68

Fonte: Censo Agropecuário, IAA — Bol. Técnico Planalsucar, série A, Piracicaba, 1982.

* ha ha — Área com Cana

** % Percentagem do Município

A expansão das áreas ocupadas pela cana a partir da década de 70, mostra que está ocorrendo uma ampliação do monopólio das terras pelos grupos usineiros através do arrendamento, pela localização das agroindústrias muito próximas uma a outra, provocando uma aceleração da especulação imobiliária na área. Este fato significa que mesmo a terra não sendo de propriedade da agroindústria, existe um contrato de arrendamento que facilita o monopólio.

Se por um lado, vem ocorrendo uma intensa concorrência entre os grupos na busca de terras para serem incorporadas, por outro, as vantagens oferecidas por esses grupos, têm atraído pequenos proprietários a arrendar suas terras, com um retorno garantido através de uma renda fixa anual.

A modernização tecnológica, desenvolvida na agroindústria açucareira e alcooleira a partir de 70, com relativa rapidez no Estado de São Paulo, teve no Setor de Porto Feliz um desenvolvimento muito lento. Esta defazagem se deve principalmente, à formação antiga e tradicional das usinas do setor (oriundas dos antigos engenhos centrais). Entretanto, as novas destilarias de álcool anexas, refletem a influência da modernização nas instalações em relação aos antigos maquinários e instalações das usinas da área tradicional açucareira de Porto Feliz.

RESUMO

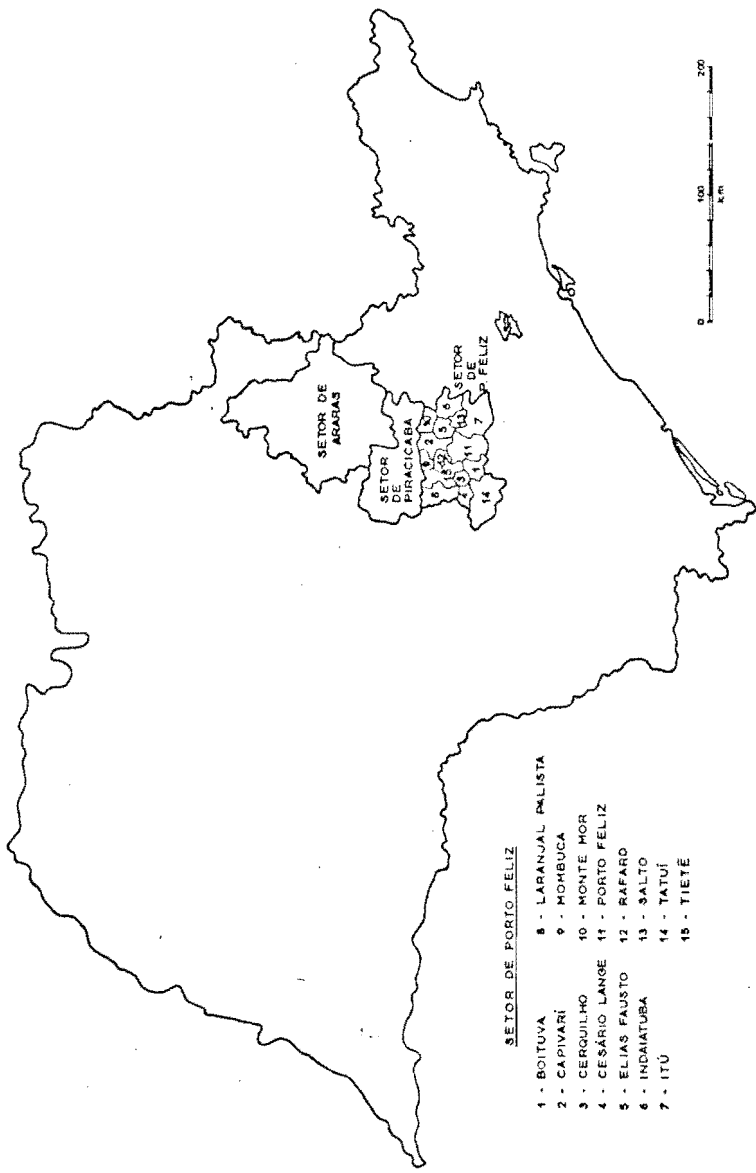
O estudo da Agroindústria Canavieira no Setor de Porto Feliz é uma tentativa de análise da atuação dos grupos usineiros no monopólio da produção e das terras visando contribuir para o estudo da estrutura fundiária paulista.

BIBLIOGRAFIA

BRAY, Silvio C. A Cultura da Cana-de-Açúcar no Vale do Paranapanema. Tese de Doutorado. F.F.L.C.H. da USP. São Paulo, 1980.

- FERREIRA, Enéras R. **As Políticas Açucareiras e Alcooleiras do País e Seus reflexos no Setor Canavieiro de Araras.** Relatório de Estágio de Especialização. Rio Claro, 1983.
- GRAZIANO da Silva, José. **A Modernização Dolorosa.** Zahar Ed., São Paulo, 1982.
- MELO, Fernando H. e FONSECA, E.G. **PROÁLCOOL, Energia e Transporte.** Estudos Econômicos, FINE-Pioneira. São Paulo, 1981.
- QUEDA, O. **A Intervenção do Estado e a Agricultura Açucareira Paulista.** Tese de Doutorado. ESALQ-USP, 1972.
- SAMPAIO, Rosely R. **As Agroindústrias do Setor Açucareiro e Alcooleiro de Porto Feliz.** Relatório de Estágio de Especialização. Rio Claro, 1984.
- SOUZA, J.S. **O Engenho Central da Porto Feliz - 1878/1978.** Ed. Universidade S.P. e Museu Paulista, 1978.
- SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil - (1939-1975).** Tese de Doutorado. UNICAMP - HUCITEC, São Paulo, 1979.

Figura 1 A Área Canavieira de Piracicaba e os Municípios do Setor Canavieiro de Ponto Feliz



- SETOR DE PORTO FELIZ**
- 1 - BOITUVA
 - 2 - CAPIVARI
 - 3 - GERQUILHO
 - 4 - CESÁRIO LANGE
 - 5 - ELIAS FAUSTO
 - 6 - INDAIATUBA
 - 7 - ITU
 - 8 - LARANJAL PALISTA
 - 9 - MOMBUCA
 - 10 - MONTE MOR
 - 11 - PORTO FELIZ
 - 12 - RAFARD
 - 13 - SALTO
 - 14 - TATUI
 - 15 - TIETÉ

Fonte: Usinas de Açúcar e Alcool - Org. Posely, R. Sombajo - Des. Anísio Rosaem